

Demora na votação da LDO pode atrasar o orçamento da União

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

A consequência econômica de uma possível demora na votação da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) pode ser o atraso na elaboração e envio, ao Congresso, do Orçamento Geral da União. Essa observação foi feita ontem pelo deputado Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), membro da Comissão Mista de Orçamento, depois que o PT anunciou que pretende obstruir a votação da LDO enquanto o Congresso não votar a lei salarial.

Para o deputado José Serra (PSDB-SP), a demora para se votar a matéria "é inteiramente artificial". Segundo ele, não há divergências em torno da LDO e, portanto, não há riscos de ela não ser votada. Ele acredita que, no máximo até terça-feira, o projeto estará aprovado. Na verdade, o atraso na votação do projeto pode trazer consequências indesejáveis para o governo dentro do

próprio Congresso. Além, é claro, de atrasar as férias dos parlamentares.

E que a Constituição determina que, enquanto não se vota a Lei das Diretrizes Orçamentárias, o Congresso não pode encerrar a sessão legislativa. Se a demora persiste, o Senado, por exemplo, pode ter tempo de votar um projeto de política salarial, que é a intenção do PT ao fazer a obstrução aos trabalhos do Legislativo. Isso (pelo menos até as 18 horas de ontem) vai contra a intenção do governo, que quer ver prevalecer a sua medida provisória que trata da reposição salarial.

A outra implicação diz respeito aos próprios parlamentares. Como em outubro a grande maioria deles tentará a reeleição, deputados e senadores querem que o récesso chegue logo para darem início às suas campanhas junto às bases. E enquanto não se encerra a sessão legislativa, os parlamentares têm que ficar em Brasília.